

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	5

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	6
DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009	7
Demonstração de Valor Adicionado	8
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	9
Notas Explicativas	10

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente -	17
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	18
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	19

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2010
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	248.628
Preferenciais	497.375
Total	746.003
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009
1	Ativo Total	6	4
1.01	Ativo Circulante	6	4
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	6	4

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009
2	Passivo Total	6	4
2.01	Passivo Circulante	2	79
2.01.02	Fornecedores	2	79
2.02	Passivo Não Circulante	49	70
2.02.02	Outras Obrigações	49	70
2.02.02.02	Outros	49	70
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	49	70
2.03	Patrimônio Líquido	-45	-145
2.03.01	Capital Social Realizado	341	168
2.03.02	Reservas de Capital	68	67
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	68	67
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-454	-380

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-74	-69
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-74	-69
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-74	-69
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-74	-69
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-74	-69
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-74	-69
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,10659	-0,12359
3.99.01.02	PN	-0,10659	-0,12359

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-151	-71
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-74	-69
6.01.01.01	Prejuízo do Exercício	-74	-69
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-77	-2
6.01.02.01	Fornecedores	-77	-2
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	153	74
6.03.01	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	-21	30
6.03.02	Reversão parcial Resgate de Ações	1	0
6.03.03	Integralização de Capital	173	44
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2	3
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	4	1
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	6	4

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	168	67	0	-380	0	-145
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	168	67	0	-380	0	-145
5.04	Transações de Capital com os Sócios	173	1	0	0	0	174
5.04.01	Aumentos de Capital	173	1	0	0	0	174
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-74	0	-74
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-74	0	-74
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	341	68	0	-454	0	-45

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	124	67	0	-311	0	-120
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	124	67	0	-311	0	-120
5.04	Transações de Capital com os Sócios	44	0	0	0	0	44
5.04.01	Aumentos de Capital	44	0	0	0	0	44
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-69	0	-69
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-69	0	-69
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	168	67	0	-380	0	-145

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-27	-30
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-27	-30
7.03	Valor Adicionado Bruto	-27	-30
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-27	-30
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-27	-30
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-27	-30
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	42	39
7.08.02.01	Federais	42	39
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-69	-69
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-69	-69

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Senhores Acionistas:**

A administração da Caconde Participações S.A. (a “Companhia”), em cumprimento às determinações legais apresenta aos seus acionistas o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras em 31/12/2010, bem como o Parecer dos Auditores Independentes. A Companhia foi constituída em 31 de julho de 2000, por meio de cisão parcial da Poconé Participações S.A., companhia aberta, e tem como objeto social a participação em outras sociedades. Sua principal fonte de resultado será o reconhecimento de ganhos ou perdas em sociedades que futuramente vier a adquirir. No momento, ainda não há nenhum setor de interesse de participação por parte da Companhia, cujos investimentos serão realizados à medida da concretização das oportunidades em análise. Por fim, visando atender ao disposto na Instrução CVM 381/03, informamos que a Companhia não contratou durante o exercício de 2010 qualquer prestação de serviços, que não o de auditoria externa, do seu auditor independente BDO Auditores Independentes.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2011

Diretor de Relações com Investidores

Notas Explicativas

CACONDE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Caconde Participações S.A. (“Companhia”) foi constituída em 31 de julho de 2000, fruto da cisão parcial da sociedade Poconé Participações S.A., tendo como objeto social a participação em outras sociedades, comerciais e civis, como sócia, acionista ou quotista, no país ou no exterior.

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional e desde a sua constituição não gerou receitas decorrentes de sua atividade social.

A Lei nº 11.638/07 restringiu o lançamento de gastos no ativo diferido. Depois disso, a Lei nº 11.941/09 extinguiu esse grupo de contas. Dessa forma, os gastos do exercício de 2008 foram alocados diretamente no resultado e o saldo do ativo diferido foi reclassificado para o patrimônio líquido sob a rubrica Prejuízos acumulados.

A Caconde é controlada diretamente pela GP Investimentos S.A., sociedade anônima fechada com sede no Brasil, que detém aproximadamente 99,99% do capital social da Companhia. As despesas são custeadas com recursos próprios, advindos de sua constituição e aportes de capital pelo acionista controlador, GP Investimentos S.A.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e para a elaboração das demonstrações contábeis emanam da Lei das Sociedades por Ações, associada às Normas e Instruções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que incluem, entre outros Pronunciamentos, as Normas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Essas são as primeiras demonstrações contábeis preparadas conforme os CPCs nas quais o CPC nº 37 foi aplicado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Conforme definições do CPC nº 02, essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Notas Explicativas

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor, e contas garantidas.

Ativos financeiros

Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os títulos mobiliários são classificados na data de aquisição como disponíveis para venda, quando, na opinião da administração, podem ser vendidos em resposta ou em antecipação a mudanças nas condições de mercado, sendo os ganhos e perdas não realizados, líquidos, registrados pelo valor justo de mercado e incluídos no patrimônio líquido. Os títulos mobiliários são classificados com base na intenção da administração. Após a venda ou vencimento, o ganho ou perda é transferido para receitas financeiras, na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias e cambiais.

Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Apuração do resultado

As despesas são registradas conforme o período de competência.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Resultado por ação

Calculado de acordo com o CPC 41, o resultado básico por ação é obtido dividindo-se o resultado do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação.

Demonstração do resultado abrangente

A demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada, uma vez que a Companhia não apurou registros contábeis de outros resultados abrangentes, sejam receitas ou despesas, diferentes daqueles que já estão apresentados nas demonstrações do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas.

4. CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo da rubrica Contas a pagar corresponde ao ato deliberado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 13 de abril de 2007, de resgate de 282.849 ações preferenciais da classe A, correspondente ao total de ações dessa classe, no valor unitário de R\$0,28 por ação, totalizando R\$79 (R\$79 em 2008), mediante a utilização de parte da reserva de capital.

Notas Explicativas

5. ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

Refere-se a recursos obtidos da sociedade controladora, a GP Investimentos S.A., no montante de R\$49 (R\$70 em 2009), que serão utilizados em futuras integralizações de capital.

6. PASSIVO A DESCOBERTO

Capital social

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de abril de 2009, foi aprovado aumento do capital social no valor de R\$44, mediante a emissão de 44.500 ações, sendo 14.833 ações ordinárias e 29.667 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1 (um real) por ação.

Em 31 de março de 2010 o capital social está representado por 572.692 ações, sendo 190.858 ações ordinárias e 381.834 ações preferenciais Classe B (em 31 de março de 2009: 528.192 ações, sendo 176.025 ações ordinárias e 352.167 ações preferenciais Classe B), todas nominativas e sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 19 de abril de 2010 foi aprovado aumento do capital social da Companhia, mediante capitalização de créditos decorrentes de adiantamento para futuro aumento de capital, no montante de R\$173 mil, com a consequente emissão de 173.311 ações, sendo 57.770 ações ordinárias e 115.541 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

Em consequência do evento mencionado acima, o capital social passou a ter o valor de R\$341, representado por 746.003 ações sendo 257.628 ações ordinárias e 497.375 preferenciais, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente vigente no país, ao preço de emissão de R\$1 (um real) por ação.

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social em até 5.000.000.000 ações, ordinárias ou preferenciais, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Dividendos

Aos acionistas está assegurado, pelo estatuto social, um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, ajustado consoante à legislação em vigor.

Em razão de apuração de prejuízo no exercício não há resultados a serem distribuídos aos acionistas.

Notas Explicativas

7. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Correspondem a gastos com anúncios e publicações, honorários de auditoria, taxa de fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), contribuições e despesas bancárias.

8. CONTINGÊNCIAS

A Companhia não é parte envolvida em quaisquer processos, sejam de natureza trabalhista ou cível, que devessem estar registrados nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2010 e de 2009.

9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E DERIVATIVOS

Instrumentos financeiros

As transações financeiras existentes envolvem ativos e passivos usuais e pertinentes à sua atividade econômica, particularmente contas a pagar. Essas transações são apresentadas no balanço pelos valores de custo, acrescidas das respectivas apropriações de receitas e despesas que, tendo em vista a natureza das transações e os seus períodos de vencimento, se aproximam dos valores de mercado.

Instrumentos financeiros derivativos

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Companhia não executou transações envolvendo instrumentos financeiros na forma de derivativos.

10. GESTÃO DE RISCO

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco que surge da possibilidade de prejuízo resultante do não recebimento, de terceiros, dos valores contratados. O caixa da Companhia é investido em títulos de renda fixa ou em depósitos bancários. Esses investimentos estão sujeitos a risco de crédito. Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, a Companhia não possuía aplicações financeiras.

Risco de mercado acionário

A Companhia pode investir em participações de companhias de capital aberto em bolsa de valores e por isso estará exposta à volatilidade desse mercado. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia não possuía participações em empresas listadas em bolsa de valores.

Notas Explicativas

Risco de taxa de juros

O caixa da Companhia é investido em Certificados de Depósito Bancário (“CDBs”), indexados a taxas de juros, portanto variações na taxas de mercado podem afetar o fluxo de caixa da Companhia.

11. PRIMEIRA ADOÇÃO DO IFRS E CPC’S

Base da transição

Aplicação dos CPCs 37 e 43 e do IFRS 1

As demonstrações contábeis consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações contábeis consolidadas anuais em conformidade com os CPCs e os IFRSs. A Companhia aplicou os CPCs 37 e 43 e o IFRS 1 na preparação destas demonstrações contábeis consolidadas.

As demonstrações contábeis individuais da Controladora para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações contábeis anuais em conformidade com os CPCs. A Companhia aplicou os CPCs 37 a 43 na preparação destas demonstrações contábeis individuais.

A data de transição é 1o de janeiro de 2009. A Administração preparou os balanços patrimoniais de abertura segundo os CPCs e o IFRS nessa data.

Conciliação entre BR GAAP antigo e IFRS/CPCs

Abaixo seguem explicações sobre os ajustes relevantes nos balanços patrimoniais e na demonstração do resultado, e depois as conciliações apresentando a quantificação dos efeitos da transição.

Gastos pré-operacionais

Os gastos incorridos relacionados à organização e constituição da Companhia, e despesas gerais e administrativas incorridas após sua constituição foram registrados como despesas pré-operacionais, no ativo diferido, até 31 de dezembro de 2007.

A Lei nº 11.638/07 restringiu o lançamento de gastos no ativo diferido. Depois disso, a Medida Provisória nº 449/08 extinguiu esse grupo de contas. Dessa forma, os gastos do exercício de 2008 foram alocados diretamente no resultado e o saldo do ativo diferido foi reclassificado para o patrimônio líquido sob a rubrica de “prejuízos acumulados”.

Notas Explicativas

12. OUTRAS INFORMAÇÕES

Remuneração do pessoal-chave

A Companhia está num período de prospecção de novos negócios. Os administradores da Companhia recebem uma remuneração fixa paga pela controladora GP Investimentos S.A. no montante de R\$6 (2009 - R\$5) cada diretor.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente -

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da
Caconde Participações S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Caconde Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do passivo a descoberto, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados para o exercício findo naquela data, assim como resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

OPINIÃO

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas.

São Paulo, 24 de janeiro de 2011

BDO Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5

Orlando Octávio de Freitas Júnior Márcio Serpejante Peppe
Sócio-contador Sócio-contador
CRC 1SP178871/O-4 CRC 1SP233011/O-8

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, o Diretor Superintendente e o Diretor Vice-Presidente/DRI da CACONDE PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima de capital aberto, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 04.031.213/0001-31, com sede na Rua Pamplona, nº 818, conjunto 92, na cidade e Estado de São Paulo, declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras apresentadas.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2011.

Antonio Carlos Augusto Ribeiro Bonchristiano
Diretor Superintendente

Fersen Lamas Lambranco
Diretor Vice-Presidente/ DRI

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração do Diretor Superintendente

Eu, Antonio Carlos Augusto Ribeiro Bonchristiano, declaro que:

1. Baseado em meu conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordo com as opiniões expressas no parecer elaborado pela BDO AUDITORES INDEPENDENTES não havendo qualquer discordância;
2. Revisei este relatório das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, da CACONDE PARTICIPAÇÕES S.A. e baseado nas discussões subsequentes, concordo que tais demonstrações, refletem adequadamente todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira correspondente ao período apresentado.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2011.

Antonio Carlos Augusto Ribeiro Bonchristiano
Diretor Superintendente

Declaração do Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores

Eu, Fersen Lamas Lambranh, declaro que:

1. Baseado em meu conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordo com as opiniões expressas no parecer elaborado pela BDO AUDITORES INDEPENDENTES não havendo qualquer discordância;
2. Revisei este relatório das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, da CACONDE PARTICIPAÇÕES S.A. e baseado nas discussões subsequentes, concordo que tais demonstrações, refletem adequadamente todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira correspondente ao período apresentado.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2011.

Fersen Lamas Lambranh
Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores